

**Notícia(s) do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Três olhares lusófonos: Brasil, Moçambique e Portugal**
(texto redigido segundo o Acordo Ortográfico)

Nilce da Silva *
Domingos Carlos Buque**
Luís Miguel Cardoso***
Maria de Jesus Fonseca****

NOTA PRÉVIA

Já este artigo estava escrito e dado como acabado, quando os meios de comunicação social portugueses publicitam a notícia de que o governo português aprovou, em Conselho de Ministros de 6 de Março de 2008, véspera da partida do Presidente da República¹, Aníbal Cavaco Silva, para a visita ao Brasil, a convite do Presidente brasileiro Lula da Silva, no âmbito das comemorações dos 200 anos da chegada ao Brasil da corte de D. João VI, uma **“Proposta de Resolução que aprova o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, adotado na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em S. Tomé, a 26 e 27 de Julho de 2004”**.² Esclarece-se, ainda, no portal do governo, que *“esta resolução, a submeter à aprovação da Assembleia da República, refere-se ao Protocolo Modificativo que vem alterar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, cujo processo interno de aprovação foi concluído por Portugal em 1991. A alteração diz respeito à disposição relativa à entrada em vigor do Acordo e vai no sentido de a mesma ocorrer com o depósito do terceiro instrumento da ratificação dos Estados contratantes, como é prática nos acordos da CPLP, e não, como previsto anteriormente, após depositados os instrumentos de ratificação por todos os Estados.*

O Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se visa aprovar, com esta proposta de resolução, vem, ainda,

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade de S. Paulo, Brasil;

** Professor da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique;

*** Professor da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Viseu;

**** Professora da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Viseu.

¹ <http://www.presidencia.pt/brasil2008/?idc=158&idi=14156> (acesso em 12/3/2008).

² http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Conselho_de_Ministros/Comunica-dos_e_Conferencias_de_Imprensa/20080306.htm (acesso em 12/3/2008).

permitir a adesão da República Democrática de Timor-Leste ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O Estado português adotará as medidas adequadas a garantir o necessário processo de transição, no prazo de 6 anos, nomeadamente ao nível da validade da ortografia constante dos atos, normas, orientações ou documentos provenientes de entidades públicas, bem como de bens culturais, incluindo manuais escolares, com valor oficial ou legalmente sujeitos a reconhecimento, validação ou certificação.”

O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, que integrava a comitiva presidencial na visita ao Brasil, segundo uma notícia publicada no Semanário *Expresso* de 8 de Março de 2008, referia que a aplicação do Acordo Ortográfico “não ficará sujeita a moratória, como defendia a sua antecessora Isabel Pires de Lima, mas apenas a um prazo de seis anos para que o acordo seja aplicado em toda a sua plenitude”³

No semanário *Sol*, também de 8 de Março de 2008, lia-se que “após três adiamentos em Conselho de Ministros, foi finalmente ratificado o novo Acordo Ortográfico. (...) A decisão, que estava iminente desde o final de 2007, foi tomada no momento em que o Presidente da República e o ministro da Cultura estão em visita oficial ao Brasil.

Silvas Filho, da Sociedade Portuguesa da Língua Portuguesa, disse ao *Sol* ter ‘a impressão de que tudo se precipitou por causa da ida do Presidente Cavaco Silva ao Brasil. Com certeza que tinha de levar alguma coisa ‘para oferecer’ e levou isto. Mas tinha de acontecer, mais cedo ou mais tarde, sob o risco de ficarmos isolados. Assim temos uma língua portuguesa planetária, digamos, uma língua de oito pátrias.”⁴

Foi neste contexto que nos pareceu muito atual a publicação deste artigo. Como escreveu, quase premonitoriamente diríamos, José Eduardo Agualusa num artigo publicado no semanário angolano *A capital*, de 9 de Fevereiro de 2008⁵, intitulado “Acorda Acordo ou dorme para sempre”! Enfim, o Acordo acordou, depois de dormir durante quase duas décadas, ressuscitando, finalmente, de um sono comático e do estado de total entorpecimento em que se encontrava. O beijo do príncipe quebrou o feitiço e salvou a Bela Adormecida do sono eterno! Mesmo em tempo!

Acresce que na origem deste artigo esteve presente a ideia de o escrever a várias mãos.

Aconteceu ser escrito a três mãos, ou, se quisermos ser mais precisos, a seis mãos. De facto/fato, os seus autores são quatro, um brasileiro, outro moçambicano e dois portugueses, tendo-se procurado no texto refletir diferentes olhares de diferentes

³ <http://www.ciberduvidas.pt/noticias.php?rid=1623> (acesso em 12/3/2008).

⁴ <http://www.ciberduvidas.pt/noticias.php?rid=1624> (acesso em 12/3/2008).

⁵ <http://www.ciberduvidas.pt/controversias.php?rid=1602> (acesso em 12/3/2008).

países lusófonos sobre o assunto.

Depois de termos o artigo já pronto, lembrou-se a Nilce de nos desafiar, com ironia: “Então e se usássemos as novas normas ortográficas do acordo para escrever o nosso texto?”

Num primeiro momento, assustámo-nos/nos assustamos com esta ousadia e ficámos/ficamos confusos. Não, não devemos usar as novas regras ortográficas previstas no acordo, porque, tanto quanto sabíamos naquela altura, de facto/fato o acordo está ratificado por alguns países, mas não entrou ainda em vigor. Assim, se não está em vigor, porque fazê-lo? Porque ousar? Porque arriscar? Mas, logo de seguida, pensámos/pensamos: ‘contudo, por outro lado, até seria divertido e mesmo interessante (inovador?) escrevê-lo usando a ortografia do Acordo.’ E, imediatamente, outra ideia surgiu: ‘então e se apresentarmos o texto nas duas versões para os leitores compararem?’ E assim se fez.

Tomada esta decisão, o risco de cometermos alguns erros ortográficos é real. Esperamos, por isso, compreensão e benevolência, porque, como referiu ao semanário *Sol* de 8 de Março de 2008 “Mário Mendão, consultor jurídico da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), importa ‘desdramatizar’: ‘Não estamos a falar de uma polícia dos erros ortográficos. Ninguém vai multar uma pessoa por escrever mal as palavras. A ideia é as novas regras irem-se instituindo aos poucos’⁶ à medida que vamos usando, e, com isso, treinando a nova ortografia.

Mas as novidades ainda não tinham acabado de nos surpreender. Entretanto, visitando páginas Web de editoras portuguesas e sites correlacionados, deparamo-nos com a notícia de terem acabado de ser lançadas no mercado português as seguintes publicações, já de acordo e em conformidade com o Acordo Ortográfico: dois Dicionários, o *Novo Dicionário de Língua Portuguesa* e o *Novo Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, e ainda um livro, *Atual – O Novo Acordo Ortográfico*.⁷ Vão, com certeza, constituir uma grande ajuda para que possamos navegar na nova grafia da Língua Portuguesa, como é nosso intento, com maior à vontade e segurança.

⁶ <http://www.ciberduvidas.pt/noticias.php?rid=1624> (acesso em 12/3/2008).

⁷ <http://www.mediabooks.pt/index.jsp> (acesso em 14/3/2008)

http://textoeditora.mediabooks.pt/artigos/todas_novidades_s.jsp?v_id=9 (acesso em 15/3/2008).

NOVO DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA – Conforme Acordo Ortográfico (2008). Lisboa. Texto Editores.

NOVO GRANDE DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA – Conforme Acordo Ortográfico (2008). Lisboa. Texto Editores.

POTT, Paula, POTT, Carla, CORREIA, Pedro Diniz, MALACA CASTELEIRO, João (2008). *Atual – O Novo Acordo Ortográfico – O que vai mudar na grafia do português* (2008). Lisboa. Texto Editores.

Introdução

Última flor do Lácio, inculta e bela,
 És, a um tempo, esplendor e sepultura:
 Ouro nativo, que na ganga impura
 A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
 Tuba de alto clangor, lira singela,
 Que tens o trom e o silvo da procela
 E o arrollo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
 De virgens selvas e de oceano largo!
 Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: "meu filho!"
 E em que Camões chorou, no exílio amargo,
 O génio/gênio sem ventura e o amor sem brilho!

Olavo Bilac

Este artigo trata do Acordo Ortográfico, da "Última flor do Lácio, inculta e bela", de 1990, a partir de três olhares, envolvendo pesquisadores e professores do Brasil, Moçambique e Portugal. Ou seja, é resultado da história iniciada pelo período conhecido como "Grandes Navegações", começo da colonização portuguesa e da disseminação da língua e cultura lusitanas:

Era o povo português que sem o saber, estava fazendo mais do que sua história, estava escrevendo a própria história da humanidade. E tudo isto, sessenta anos antes de qualquer outra nação pensar em abalar-se para o mar [...] só o puderam fazer porque já existia toda uma ciência náutica portuguesa, desenvolvida como a astronomia e a navegação, nessa Universidade do mar que foi a Escola de Sagres [...] (COSTA, 1988, p.14).

Nesta época, conforme o mesmo estudioso, dos 300.000 homens que compunham a população economicamente ativa de Portugal, 30.000 eram marinheiros que colaboraram fortemente para a presença de Portugal como metrópole em diferentes continentes, de forma que podemos falar da existência de um Império Português, como sabemos, o mais duradouro deles - de 1415, com a tomada de Ceuta, a 1999, com a entrega de Macau para a República Popular da China. Vários são os nomes nestas

Grandes Viagens: Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, entre outros.

A título de ilustração, vejamos algumas destas conquistas: Aguz, Arzila, Azamor, Ceuta, Mazagão, Mogador, Safim, Agadir, Tanger, Acra, Angola, Ano Bom, Arguim, Cabinda, Cabo Verde, São Jorge da Mina, Fernando Pó, Costa do Ouro Portuguesa, Guiné Portuguesa, Melinde, Mombaça, Moçambique, Quíloa, Fortaleza de São João Batista de Ajuda, São Tomé e Príncipe, Socotorá, Zanzibar, Ziguinchor, Bahrain, Ormuz, Mascate, Bandar Abbas, Ceilão, Laquedivas, Maldivas, Baçaim, Bombaim, Calicute, Cananor, Chaul, Chittagong, Cochim, Cranganor, Dadrá e Nagar-Aveli, Damão, Diu, Goa, Hughli, Nagapattinam, Paliacate, Coulão, Salsette, Masulipatão, Mangalore, Surate, Thoothukudi, São Tomé de Meliapore, Bante, Flores, Macau, Macassar, Malaca, Molucas, Amboina, Ternate, Tidore, Nagasaki, Timor-Leste, Brasil, Cisplatina, Guiana Francesa, Nova Colónia do Sacramento. Desta forma, o século XVI foi o "século de ouro" para Portugal, muito bem retratado por Luíz Vaz de Camões na epopeia *Os Lusíadas*:

[...] As armas e os barões assinalados,
Que da ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis, que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando;
E aqueles, que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando;
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

De todos esses locais, além de Portugal, hoje, apenas os seguintes países têm a língua portuguesa como língua oficial: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Brasil, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Levando-se em consideração esses dados – a quantidade de territórios conquistados em todas as regiões do globo terrestre e a longevidade da colonização

portuguesa – é impossível, no âmbito deste artigo, percorrermos esta história. E mais do que a referida dimensão, temos que levar em consideração o quão pouco sabemos acerca da história de Portugal e de suas ex-colónias/colónias.

Apesar, e talvez por isso, da imensa fraqueza em termos da consolidação do mundo da lusofonia, 1911 a 2008 – período de 97 anos – a língua portuguesa terá sofrido quatro reformas ortográficas. Questionamos: como, em tão pouco tempo – falando-se de línguas que gozam de respaldo e oficialidade – se muda tão profundamente a grafia de uma língua, a golpes de decretos, SOBRETUDO quando faladas em comunidades linguísticas visivelmente em transição?

Em países em que os cidadãos, em sua quase totalidade, não são *leiturizados*, qual a real necessidade de uma unificação da língua portuguesa? As nações falantes teriam, com a reforma, um instrumento político que se reverteria em seu benefício, ou somente os contratos entre esses países não mais necessitariam de “tradução” e nem de adequação, como já ouvimos defensores desta unificação usarem como argumento fundamental?

Para tentarmos compreender estas questões, vejamos a seguir a cronologia e a história das diferentes reformas e acordos em Língua Portuguesa.

ACORDO(S) ORTOGRÁFICO(S) DA LÍNGUA PORTUGUESA. Cronologias, história e histórias

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa.

Bernardo Soares, Livro do Desassossego.

A intenção de estabelecer uma grafia comum, uma ortografia unificada, válida para todos os países de língua oficial portuguesa, é a intenção que preside, desde sempre, aos sucessivos ensaios e esforços tendentes ao estabelecimento de um *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, que vigore em todos os países de Língua oficial portuguesa, não só nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), mas em todos os países que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(CPLP)⁸.

Por outro lado, trata-se também de acordar uma escrita mais simples, uma norma ortográfica simplificada, mais próxima da fonética e, portanto, mais próxima da pronúncia e do português falado.

De facto/fato, atualmente, não há uma única norma ortográfica para o mundo lusófono, mas sim duas: uma norma própria no Brasil, outra em Portugal, esta última comum aos restantes países que constituem os PALOP, também membros da CPLP: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Timor-Leste tornou-se o oitavo membro da CPLP mais recentemente, em 20 de Maio de 2002, após a sua independência.

Assim, o Português torna-se na única língua viva do mundo, com mais de 230 milhões de falantes⁹, a quinta mais falada no mundo inteiro, a terceira mais falada no mundo ocidental, língua oficial da Comunidade Europeia (CE), entre outras, que apresenta e usa mais que uma ortografia oficial, uma no Brasil e outra em Portugal, como já acima se esclareceu.

A modificação deste estado de coisas é o objetivo subjacente aos esforços de se chegar a um Acordo Ortográfico que estabeleça uma ortografia comum e unificada para a Língua Portuguesa, de forma que a Língua Portuguesa escrita seja uniformemente usada em e por todos os países de Língua Oficial Portuguesa, através da adopção de uma norma ortográfica comum.

A implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, em Portugal, permitiu a primeira reforma ortográfica da língua portuguesa. Passou-se de uma escrita baseada na raiz etimológica das palavras, defendida pelos gramáticos, para uma escrita mais simplificada e mais consentânea com a fonética e com a pronúncia da língua falada.

Contudo, esta primeira reforma, oficializada por Portaria de 1 de Setembro de

⁸ O processo de criação da CPLP iniciou-se em Novembro de 1989, em São Luís do Maranhão, no primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo dos sete países de língua portuguesa, realizado a convite de José Sarney. Deste mesmo encontro saiu a ideia da criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP. No entanto, só 7 anos mais tarde, em Lisboa, a 17 de Julho de 1996, formalmente se cria a CPLP. O IILP, contudo, só viria a tornar-se realidade em 2004.

Na “*Declaração constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*” – CPLP – pode ler-se que a Comunidade “*considera imperativo*” e “*reitera (...) a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa*” como uma necessidade.

Reafirmam que a Língua Portuguesa:

Constitui (...) um vínculo histórico e um património (patrimônio comum; É um meio privilegiado de difusão e criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores culturais (...))”, pretendendo, por isso, “incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)”. <http://www.cplp.org/> ; <http://www.iilp-cplp.cv/>

⁹ Segundo os dados constantes na “*Declaração constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*” e na página Web oficial da CPLP, no endereço <http://www.cplp.org/>, bem como no link para os “estados membros”.

São ainda membros associados da CPLP, como observadores, a Guiné Equatorial e a República da Ilha Maurícia. http://www.cplp.org/quemsomos_obsA.asp

1911, a ser usada nas publicações oficiais e no ensino, transformou radicalmente o aspecto/aspecto da língua escrita, assemelhando-a à grafia atual, mas aplicou-se apenas em Portugal e foi levada a cabo sem sequer se buscar qualquer acordo com o Brasil, então o único país independente, porquanto os restantes, à altura, eram ainda colónias/colónias portuguesas. Assim, esta reforma aplicou-se apenas em Portugal mas não no Brasil.

Só em 1924 a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras deram início aos trabalhos tendentes a estabelecer uma ortografia comum.

Em 1931¹⁰, um primeiro acordo adotava a ortografia imposta pela reforma de 1911, mas mantinham-se ainda divergências gráficas.

Em 1940, a Academia de Ciências de Lisboa publica o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, que veio a ser aprovado, em 1942, pela Academia Brasileira de Letras. Entretanto, a Academia Brasileira de Letras publica também o seu Vocabulário Ortográfico, concluído em 1943. Entre os dois Vocabulários havia ainda divergências significativas que importava ultrapassar, a fim de “*completar a obra da unidade universal da língua portuguesa, que há vinte e dois anos as duas Academias vinham laboriosamente consolidando e estabilizando*”¹¹.

É assim que, em 1943, se realiza em Lisboa uma Convenção que levou ao Acordo Ortográfico de 1945. Este acordo, contudo, foi publicado em Portugal em 1945¹², mas não entrou em vigor no Brasil, onde não foi ratificado.

Um Acordo firmado entre Portugal e o Brasil, em 1971, suprimiu acentos gráficos, os quais, por si só, representavam uma grande maioria das diferenças ortográficas entre os dois países. No Brasil, estas alterações foram determinadas pela publicação da Lei n.º 5765, de 18 de Dezembro de 1971. Em Portugal, a introdução destas alterações ortográficas faz-se pelo Decreto-Lei n.º 32/73 de 6 de Fevereiro, consignando o seu artigo único que “*são eliminados da ortografia oficial portuguesa os acentos circunflexos e os acentos graves com que se assinalam as sílabas subtónicas dos vocábulos derivados com o sufixo **mente** e com os sufixos iniciados por **z***”, podendo ler-se na sua introdução que o uso de tais acentos “*chegava a ser responsável por cerca de 70 por cento das divergências entre as duas ortografias oficiais*”.

As duas Academias, Portuguesa e Brasileira, reiniciaram contactos/contactos em 1973, tendo chegado de novo a acordo em 1975. Desta vez, tal acordo não chegou a ser

¹⁰ Em Portugal aprovado pela Portaria n.º 7 117, de 27 de Maio de 1931. No Brasil, pelos Decretos n.º 20 108 e 20 028, de 15 de Junho de 1931 e de 2 de Agosto de 1933, respetivamente, e ainda pelo Decreto-Lei n.º 292, de 23 de Fevereiro de 1938.

¹¹ Preâmbulo do Decreto n.º 35 228 de 8 de Dezembro de 1945. (<http://www.flip.pt> e <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945=acordo-historia> (acesso em 24/1/2008).

¹² Decreto n.º 35 228, de 8 de Dezembro de 1945.

aprovado oficialmente, devido, sobretudo, à situação política que se vivia em Portugal.

Realizou-se uma nova reunião no Rio de Janeiro em 1986, promovida pelo então Presidente do Brasil, José Sarney, onde estiveram presentes os representantes de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, do Brasil e de Portugal, de onde resultou um acordo que, contudo, nunca chegou a ser implementado.

Em 16 de Dezembro de 1990 – já lá vão 17 anos – é assinado, em Lisboa, novo Acordo Ortográfico¹³, subscrito por todos os sete países de língua oficial portuguesa, e desta vez também com “*a adesão da delegação de observadores da Galiza*”. Este acordo veio a ser aprovado e ratificado, em Portugal, pela Assembleia da República, em 4 de Junho de 1991, e publicado, pela Resolução da Assembleia da República n.º 26/91, em Diário da República, n.º 193, I série A, em 23 de Agosto de 1991, prevendo-se, no seu artigo 3º, a sua entrada em vigor a 1 de Janeiro de 1994, após ratificação de todos os Estados signatários. Contudo, só Portugal, o Brasil e Cabo Verde ratificaram este acordo, pelo que a sua entrada em vigor ficou, em consequência, adiada, muito embora conste na introdução deste diploma que o presente acordo “*constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional.*”

Permitimo-nos salientar que este Acordo Ortográfico de 1990 consubstancia um alfabeto, já não de 23 mas sim de 26 letras para a língua portuguesa, tendo-se introduzido as letras K, W e Y, por várias ordens de razões, entre as quais, “*porque nos países africanos de língua oficial portuguesa existem muitas palavras que se escrevem com aquelas letras*”¹⁴. Também suprime e elimina as consoantes mudas, bem como certos acentos, altera as regras do uso do hífen e, no Brasil, abole o trema.

Em 17 de Julho de 1998, na cidade da Praia, em Cabo Verde, foi assinado, um Protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico, de onde se retirou a data da sua entrada em vigor, continuando, contudo, a manter-se a necessidade da sua ratificação por todos os estados membros signatários para que o mesmo possa entrar em vigor. Também este protocolo foi ratificado apenas por Portugal, pelo Brasil e por Cabo Verde.

Em 2004¹⁵, os países membros da CPLP, reunidos em Fortaleza a 26 de Maio, e, posteriormente, em S. Tomé e Príncipe, em 26 e 27 de Julho, aprovam um 2º protocolo modificativo, onde, para “*além de permitir a adesão de Timor-Leste*” ao Acordo Ortográfico, se “*define a entrada em vigor do Acordo com o depósito dos instrumentos de ratificação por três países signatários*”, abandonando-se a exigência de ratificação por todos os estados membros, da qual se fazia depender, até esta data, a

¹³ http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990 (acesso em 24/1/2007).

¹⁴ Resolução da Assembleia da República n.º 26/91, de 23 de Agosto. Cf. Ponto 7 do Anexo II – Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

¹⁵ Em 2002, na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a República Democrática de Timor-Leste aderiu à CPLP, tornando-se o seu oitavo membro.

entrada em vigor do Acordo. O Brasil em 2004, Cabo Verde em 2005 e S. Tomé e Príncipe em 2006 ratificaram o Acordo e os dois protocolos modificativos. Contudo, Portugal não ratificou este segundo protocolo modificativo.

O Acordo Ortográfico de 1990 previa “*a elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.*”¹⁶

Este Vocabulário, a elaborar pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Ciências de Lisboa, precederia a entrada em vigor das normas constantes no Acordo Ortográfico. Por isso, no texto da sua publicação em Portugal, se referia que só entraria em vigor em 1994. O Vocabulário deveria fixar a grafia válida para todos os povos da lusofonia, acautelando duplas entradas para os casos de dupla grafia, atendendo, sobretudo, à pronúncia, deliberando sobre a adoção de neologismos e sobre o aportuguesamento de palavras estrangeiras, para além, é claro, das terminologias científicas e técnicas.

Tal Vocabulário não está ainda concluído, embora a Academia Brasileira de Letras tenha já publicado uma obra com 350 mil entradas, em 1998, e a Academia de Ciências de Lisboa tenha publicado um Dicionário com 70 mil entradas, em 2001.

O Acordo Ortográfico de 1990, no Brasil, passa a aplicar-se no presente ano de 2008¹⁷. Em Portugal, ainda não se sabe¹⁸, porque sobre o assunto tudo se vai dizendo,

¹⁶ Cf. Artigo 2º da Resolução da Assembleia de República n.º 26/91 de 23 de Agosto.

¹⁷ <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u321371.shtml>

<http://leonardof.org/2007/08710/acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa/pt/>

<http://orto.blogs.sapo.pt/arquivo/1065449.html>

<http://www1.rtp.pt/noticias/index.php?article=305422&visual=26>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990#Posi.C3.A7.C3.A3o_de_Portugal (acesso em 24/1/2008).

¹⁸ “Não existe nenhuma notícia sobre a agenda do Governo português para a ratificação do acordo ortográfico da Língua Portuguesa. Pelo contrário, reina o mais completo silêncio.” <http://causa-nossa.blogspot.com> e <http://causa-nossa.blogspot.com/2007/03/silncio.html> (acesso em 29/1/2008).

“Portugal é o país que mais hesita na introdução do Acordo. A comunicação social portuguesa dá pouco valor a esse assunto, como o Governo português, apesar dos vários encontros entre este e o governo brasileiro e das pressões de Lula da Silva e da Academia Brasileira de Letras. Apesar dos jornais brasileiros já terem adiantado que 2008 seria o ano da entrada em vigor do Acordo no Brasil, em Portugal não há uma data ainda definida.”

http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990#Posi.C3.A7.C3.A3o_de_Portugal (acesso em 24/1/2008).

mas de concreto nada se diz oficialmente e reina a confusão¹⁹.

Seja como for, a aplicação destas normas implicará alteração na grafia de cerca de 1,6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5% no Brasil.²⁰

Vejam os a seguir algumas questões colocadas por este “novo” acordo.

Algumas questões colocadas pelo Acordo

Sobre o Acordo Ortográfico e sobre a sua aplicação, muito se tem dito e escrito, defendendo-se as mais variadas posições, desde o radicalismo extremista da rejeição de uns, à atitude mais moderada e ponderada de outros, que analisam criticamente e pesam prós e contras, avaliam vantagens e desvantagens, e ajuízam, concordando e defendendo o Acordo, sobretudo, considerando o inegável interesse político e cultural de uma escrita unificada. As vozes que se erguem no debate sobre o Acordo Ortográfico estão incluídas num espectro que varia entre os apoiantes, os céticos, e os críticos. Apesar de inúmeras personalidades terem já apresentado publicamente a sua concordância genérica com as vantagens de uma uniformização – políticas e educacionais –, a Comunicação Social tem feito eco de posições díspares que revelam momentos de cisão ou de hesitação. Recorde-se que, no início dos anos 90, o Acordo Ortográfico sofreu uma contestação muito acesa, levando, inclusivamente, à elaboração

¹⁹ A imprensa, tanto a portuguesa como a brasileira, noticiava, no final do ano de 2007, informações tão díspares quanto as que se seguem:

“No passado dia 02 de Novembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Luís Amado, anunciou que Portugal aprovaria o Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa até ao final deste ano.”

“A fonte confirmou que o processo de aprovação do documento, inicialmente previsto para o último conselho de ministros deste ano, a realizar quinta-feira, dia 27, “foi adiado para 2008”, escusando-se a precisar a nova data.” <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=316142&visual=26&tema=5> (acesso em 29/1/2008).

Cf. <http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=11364> <http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=5233> E <http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=11364> (acesso em 29/1/2008).

“Por seu lado, a ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, anunciou a 27 de Novembro, na Assembleia da República, que Portugal iria pedir um prazo de dez anos para a entrada em vigor do novo Acordo Ortográfico, que unifica a escrita da Língua Portuguesa.” <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=316142&visual=26&tema=5> (acesso em 29/1/2008).

“Relativamente aos 10 anos de moratória para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico que Portugal vai pedir - como há dias anunciou a ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, na Assembleia da República”. <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=307769&visual=26&tema=5> (acesso em 24/1/2008).

Na wikipédia, a enciclopédia livre, pode ler-se que “Portugal ainda não ratificou o segundo protocolo modificativo, nem há ainda qualquer data para que isso aconteça. E, quando o fizer, segundo algumas fontes, poderá ainda introduzir uma ‘cláusula de reserva diferindo a sua entrada em vigor na ordem jurídica interna’. Na prática, as novas normas já poderiam ter entrado em vigor nos três países que cumpriram todos os requisitos. Mas considera-se inviável que o acordo vá adiante sem que Portugal também dê por concluído todo o processo.” http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990#Historial_do_processo (acesso em 24/1/2008).

Cf. Ainda <http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=5278> (acesso em 24/1/2008).

²⁰ <http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=9483> (acesso em 29/1/2008).

de um “Movimento contra o Acordo Ortográfico”, que reuniu personalidades dos mundos universitário, político e empresarial.

Em Portugal, a atitude mais conservadora²¹, que parece ser a atitude dominante, é a de rejeição, que se traduz na oposição e recusa pura e simples do Acordo, muitas vezes acrítica, quase sempre sem fundamento, outras vezes revelando apenas ignorância desconhecimento sobre o Acordo²², por vezes mesmo alguma estupidez.

Neste grupo incluem-se ainda conservadores que, embora por outras razões, também rejeitam o Acordo e a sua aplicação. São os que resistem à mudança, com medo de não saber escrever segundo as novas normas, de começarem a cometer erros ortográficos, e que, por razões psicológicas, estão intelectual, emotiva e afetivamente ligados à forma habitual e corrente como escrevem e como aprenderam a escrever²³. Esquecem que da aplicação de anteriores Acordos Ortográficos não decorreu nenhuma das tragédias, também então anunciadas, como foi o caso da reforma ortográfica da 1911 ou o caso, mais recente, da reforma de 1971, há cerca de vinte anos, em que foram abolidos alguns acentos, por exemplo, *pézinho* começou a escrever-se *pezinho* e *amávelmente* passou a redigir-se *amavelmente*.

Assim, seja por nacionalismo, porque afinal Portugal é a pátria mãe da língua, seja por tradicionalismo²⁴, seja, enfim, por conservadorismo, sobretudo linguístico, ambos defendem um fundamentalismo ortográfico²⁵, esquecendo que a ortografia é uma

²¹ É a atitude do *Velho do Restelo*, tão bem retratada por Camões e tão característica/caraterística do povo português. Ou, como diz Silvas Filho, “Os defensores do caduco ‘orgulhosamente sós que se cuidem...’” <http://www.ciberduvidas.pt/controversias.php?rid=1517>

²² <http://orto.no.sapo.pt/c00.htm> (acesso em 24/1/2008).

²³ <http://orto.no.sapo.pt/d02.htm> (acesso em 24/1/2008).

²⁴ Um exemplo, entre outros, encontra-se numa petição, existente on-line, que a seguir se reproduz:

Exmo. Sr. Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros Luís Amado

Exmo. Sr. Ministro Luís Amado, tivemos conhecimento que é suposto ser aprovado, até ao final do ano de 2007, o Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Nesse acordo será, alegadamente, alterado 1,6 % do nosso vocabulário. Os signatários desta petição não concordam com a aprovação desse Protocolo, não querem que a Língua Portuguesa, tal como os portugueses a conhecem, seja alterada, exigimos que seja preservada a nossa Língua. Não faz qualquer sentido que este protocolo seja aprovado. Nós não queremos escrever palavras como 'Hoje', 'Húmido', 'Hilarante' sem 'h', não queremos escrever palavras como 'Acção' sem 'c' mudo nem palavras como 'Baptismo' sem 'p' mudo. Queremos continuar a escrever em Português tal como o conhecemos agora. E, tendo em conta o supra exposto, esperamos que o Exmo. Sr. Ministro faça com que este Protocolo não seja aprovado.”

Segundo a informação constante no mesmo site, as assinaturas foram entregues a 26/12/2007, mantendo-se, contudo, a petição on-line, pronta a colher mais assinaturas. <http://petitiononline.com/naoacord> (acesso em 24/1/2008).

“Este protocolo vai “abrasileirar” as nossas palavras, cuja origem foi em Portugal. Não faz sentido, se querem que a língua portuguesa seja unificada, que sejamos nós, os portadores da Língua Mãe, a alterar a nossa escrita”, ou “Não sou brasileiro”, são comentários de subscritores que estão disponíveis neste site. http://petitiononline.com/mod_perl/signed.cgi?naoacord (acesso em 24/1/2008).

²⁵ <http://orto.no.sapo.pt/d00.htm> (acesso em 24/1/2008).

convenção²⁶ e as convenções, precisamente porque são convenções, não são imutáveis nem eternas, válidas para todo o sempre, como aliás o provam diversas reformas ortográficas que se levaram a cabo em diversos países, a começar pela própria reforma de 1911 em Portugal, mas também na Holanda, Alemanha, Espanha, Grécia, Rússia, Turquia, China, Japão.²⁷

Outros negam a utilidade do Acordo, afirmando que não é sequer necessário, porque as diferenças gráficas não impedem a inteligibilidade e compreensão dos textos escritos. Para outros, ainda, a reforma ortográfica que o Acordo propõe é tímida, não é sequer suficientemente arrojada, uma vez que permite que muitos vocábulos continuem a escrever-se de forma diferente, como é o caso, por exemplo, de *facto* e *fato*, mantendo-se a dupla grafia para palavras que têm efetivamente pronúncia diferente em Portugal e no Brasil.

Apontam-se inconvenientes e prejuízos, principalmente os custos económicos/econômicos e financeiros, face à necessidade de produção editorial de novos dicionários, gramáticas, livros didáticos e escolares e/ou literários, que terão de substituir os antigos, agora deitados ao lixo, adotando as novas normas ortográficas unificadas. Mas hoje qualquer documento oficial é redigido em duplicado: um com a grafia de Portugal, também lusoafriana, e outro com a do Brasil.

Outros veem na aplicação do Acordo a possibilidade de fortalecimento da língua portuguesa, pelo menos no médio prazo, a possibilidade da sua maior difusão e dignificação e, portanto, do seu prestígio. A existência de uma ortografia unificada, que possibilita a edição de livros comuns, de programas e ações comuns e conjuntas de formação, de cooperação educacional, e, nesta perspectiva/perspetiva, seguindo as editoras as mesmas normas ortográficas, consideram que há vantagens, inclusive económicas/econômicas e financeiras. Padronizar a escrita da língua portuguesa é reclamar a unidade e universalidade dessa língua que é património e legado comum a todos os países lusófonos, património/patrimônio esse que será tanto mais comum, quanto mais comum for a sua ortografia.

Neste contexto de inúmeras questões, para fins deste artigo, ressaltamos a questão editorial do ponto de vista de Portugal e de Moçambique.

Do ponto de vista português

A Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), por exemplo, tem manifestado a sua preocupação pela proximidade da ratificação do Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico, solicitando, frequentemente, a realização de um

²⁶ <http://orto.blogs.sapo.pt/arquivo/1062984.html> (acesso em 24/1/2008).

²⁷ <http://orto.no.sapo.pt/d01.htm> (acesso em 24/1/2008).

debate mais alargado, principalmente depois de um silêncio de cerca de 15 anos, e sem uma discussão pública efetiva por parte dos Ministérios da Cultura e da Educação e mesmo da Assembleia da República. Relativamente à tutela, ressalve-se que Isabel Pires de Lima, à altura Ministra da Cultura²⁸, ponderou um prazo de dez anos para a entrada em vigor do novo acordo, pelo que esta moratória teria como objetivo a preparação de Portugal para as transformações previstas.

Ainda quanto à questão editorial, Mia Couto lamenta o facto/fato de todas as implicações económicas/econômicas acabarem por se abater sobre os países mais pobres, sugerindo que o que é verdadeiramente importante é aumentar o conhecimento que existe dentro da própria lusofonia. Já Vasco Teixeira, presidente da Porto Editora, questiona quais serão as intenções do Governo relativamente aos milhares ou mesmo milhões de livros que acabou de adquirir para o Plano Nacional de Leitura. Por outro lado, este editor lembra ainda que, quando este acordo for implementado, os livros das bibliotecas também terão que ser substituídos, correndo-se o risco de serem encontrados livros com grafias diferentes. Neste sentido, não se revê na posição governamental de uma moratória de dez anos para aplicar este acordo.

As vozes mais críticas incluem o escritor e tradutor Vasco Graça Moura, que considera este acordo como uma catástrofe nos planos científico, económico/econômico e geoestratégico, destacando as vantagens que a indústria livreira do Brasil virá a usufruir.

Os apoiantes, como o linguista Ivo Castro ou o escritor José Eduardo Agualusa, salientam, respetivamente, a necessidade de alinhar com os outros países lusófonos, e a hipótese de Angola poder avançar com o Brasil, se Portugal decidir não apoiar o acordo. Ivo Castro salienta que este acordo pouco mudará os hábitos estabelecidos, não vislumbrando benefícios ou situações prejudiciais significativas.

O principal defensor do Acordo Ortográfico é Malaca Casteleiro, linguista, professor universitário, membro da Academia de Ciências de Lisboa, diretor do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa e um dos responsáveis pelo processo desde 1986. Malaca Casteleiro opina que o acordo de 1990 é realista, evidenciando a unificação possível da ortografia, permitindo uma melhor memorização dos casos de dupla ortografia ou acentuação. A simplificação é, aliás, a principal virtude deste acordo. Quanto ao ensino e aprendizagem do Português no estrangeiro, por exemplo, ou na utilização da língua em instituições internacionais, Malaca Casteleiro não hesita em demonstrar as virtudes deste entendimento que unifica a ortografia e permite uma maior projeção em termos internacionais. Seguindo o princípio da

²⁸ Desde 30 de Janeiro de 2008, data da última remodelação ministerial, o novo Ministro da Cultura é José António de Melo Pinto Ribeiro, o qual, como é natural e compreensível, ainda não se pronunciou sobre a matéria, a esta data.

pronúncia em detrimento do critério etimológico, facilita-se a aprendizagem, virtude que Aqualusa também defende, nomeadamente quando refere a questão da alfabetização nos países africanos. Analisando as causas da não implementação do acordo, Malaca Casteleiro relembra que não existiu verdadeiramente uma vontade explícita dos políticos portugueses em avançar com este caminho, devido, nomeadamente, às mudanças de governo em Portugal que acarretam novas diretrizes no plano estratégico. Este linguista observa ainda que vários países lusófonos também tiveram momentos difíceis na sua situação política recente, como Angola, Moçambique e mesmo a Guiné-Bissau, facto/fato que motivou o adiamento do debate sobre o Acordo Ortográfico.

Já Francisco José Viegas, escritor e ex-diretor da Casa Fernando Pessoa²⁹, considera que Portugal não pode deixar de integrar o processo, notando que a falta de atenção a esta problemática tem sido prejudicial, principalmente em termos editoriais, pelo que o atraso português deve ser ultrapassado em definitivo.

Recentemente, Carlos Reis, reitor da Universidade Aberta, publicou um artigo³⁰ sobre este tema e salientou desde logo que esta discussão, há cerca de dez anos, suscitou um nacionalismo muito forte e uma nítida falta de visão estratégica, resultando no argumento repetido e reiterado que se iria começar a “Falar como os brasileiros”, ignorando os pessimistas que o acordo não iria trazer consequências fonológicas nem sintáticas relevantes. Carlos Reis, consciente da possibilidade de ressurgimento dessas mesmas vozes que veem a língua portuguesa como um património/patrimônio exclusivamente português, fruto de uma visão marcada pela clausura e pelo conservadorismo, lembra as vantagens de unir esforços com o Brasil, evitando-se o aprofundamento das divergências. Assim, uma unificação revelar-se-ia benéfica para a afirmação internacional da língua portuguesa. Argumenta inclusivamente, à luz dos pensamentos mais negativos, que, em teoria, também deveriam ser retirados das escolas gramáticas, dicionários e prontuários, porque estes se opõem naturalmente ao dinamismo e à inovação, possuindo, assim, a missão de zelar pela manutenção do idioma. No fundo, um acordo é um instrumento regulador como os citados instrumentos linguísticos, apresentando, conseqüentemente, as mesmas virtudes.

Em síntese, Carlos Reis defende o Acordo Ortográfico, apontando a sua dimensão estratégica, à semelhança da relevância de tratados políticos, culturais e económicos/econômicos, e não considera esta uniformização capaz de lesar a soberania ou a identidade. Como desafio, sugere: “tome-se um qualquer texto escrito em Português de Portugal e adote-se nele a ortografia do Brasil. O resultado espantará os puristas do «lusitanismo» linguístico, porque as diferenças são mínimas. Depois disso, apetece perguntar: o que, afinal, assusta aqueles que temem que «falemos como os

²⁹ Francisco José Viegas demitiu-se no dia 1 de Fevereiro. A nova diretora é a escritora Inês Pedrosa.

³⁰ “Falar como os brasileiros”, publicado na revista *Visão*, de 13 de Dezembro de 2007.

brasileiros»?

Não está, assim, encerrada, a matéria do Acordo Ortográfico. Na verdade, estão ainda em debate as virtudes e os problemas da Questão, ao mesmo tempo que se aguarda a posição final do Estado.

Entre o Estado e a questão, nesta alvorada de 2008, o estado da questão do Acordo Ortográfico, ainda passa, na verdade, por um (des)acordo relativamente à sua implementação. Contudo, entre os argumentos e os debates, não esqueçamos que está em causa a língua portuguesa e o espaço da lusofonia e essa é, verdadeiramente, a principal questão.

Do ponto de vista moçambicano

A década de 90 para Moçambique foi rica em acontecimentos ligados à comunidade lusófona: primeiro foi a assinatura do Acordo Ortográfico em 1991 e depois, em 1996, foi a integração de Moçambique na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Estes dois eventos alimentaram discussões acaloradas, sobretudo entre académicos/acadêmicos. Os mais radicais, recorrendo à localização geográfica do país, colocavam a hipótese de Moçambique retirar-se da CPLP e passar a fazer parte da *Commonwealth*, minimizando, por isso, a necessidade do Acordo Ortográfico, uma posição partilhada por políticos como, por exemplo, Joaquim Chissano, quando ainda timoneiro do país, conforme o excerto que se segue: “Moçambique está inserido numa região de países da Comunidade Britânica e por isso assistimos a muitas reuniões, o que fazemos com muito agrado porque temos um relacionamento económico/económico com esses países, do qual não podemos fugir. Se houver elegibilidade, nós não temos problemas em aderir à Comunidade Britânica”³¹

Outros, recorrendo a razões históricas como a ligação de Moçambique a Portugal, desde o processo de colonização até à independência dos moçambicanos, defendiam a pertinência não só da integração do país na CPLP como também do Acordo Ortográfico. Uma atitude conciliadora reflete-se no hibridismo por que o país optou: Moçambique pertence às duas comunidades – a britânica e a dos países falantes de Português. Contudo, de lá a esta parte, o Acordo ficou esquecido, aliás, Moçambique ainda não o ratificou.

Mas a questão que se coloca é: quando é que Moçambique vai ratificar o Acordo? Ratificando-o, de quanto tempo precisará para fazer a substituição dos livros escolares em uso nas escolas e nos programas de alfabetização de adultos? É que aplicar o Acordo Ortográfico não é tão simples assim como pode parecer. Isto é: ratificar o

³¹ Disponível a 17 de Fevereiro de 2008 em <http://www.plcs.uma>

Acordo só por ratificar, não pensando, portanto, nas implicações que poderão advir disso no país, sobretudo na área de ensino, poderá ser um gesto vazio de sentido.

O Brasil já ratificou o Acordo e como está na vanguarda na produção e edição de livros escolares pode já ter conformado os livros ao espírito do Acordo. E Moçambique? Moçambique recebe livros, principalmente, de editoras portuguesas. Ao que se sabe, Portugal ainda não ratificou o Acordo também. Estará Moçambique à espera de Portugal ou vai ratificar o Acordo independentemente de Portugal o fazer? E aqui não quero de forma alguma referir-me a interesses comerciais sobrepostos (?) ao Acordo Ortográfico como alguns articulistas profetizam, chegando a relacionar o facto/fato de Portugal não ter ainda ratificado o Acordo com o receio de perder a clientela africana a favor do Brasil, que é mais agressivo na produção e edição de livros. Se isso é verdade ou não, só as editoras dos dois países o poderão dizer.

Contudo, a questão dos materiais de ensino, sobretudo o livro escolar, é bastante sensível em Moçambique. Se no ensino primário do 1º grau o livro é de distribuição gratuita, nem sempre chegando para todos os alunos atempadamente, embora se deva reconhecer que nos últimos tempos a situação melhorou significativamente, o mesmo já não se pode dizer em relação aos livros ou manuais para os alfabetizando adultos. Rareiam para os 1º e 2º anos e não existem sequer para o 3º, o que requer muita criatividade da parte dos alfabetizadores.

No primeiro caso, acredito, os materiais poderão facilmente chegar às crianças já com a nova grafia, bastando que as editoras que fornecem livros escolares a Moçambique (portuguesas na maioria) atualizem esses materiais. Mas poderiam as editoras portuguesas produzir os materiais conformados ao Acordo Ortográfico sem que Portugal ratificasse o Acordo? Isto no caso de Moçambique se adiantar a Portugal, claro. Em quanto tempo se faria a substituição dos materiais?

Já no segundo caso, partindo do princípio que a área dos materiais (livros e manuais escolares) é de grande fragilidade em Moçambique, a nova grafia chegaria tarde aos alfabetizando adultos, o que criaria muitos embaraços aos alfabetizadores, os quais teriam de explicar que determinadas palavras constantes dos poucos manuais de alfabetização têm uma grafia nova, diferente da que apresentam nesses manuais.

Naturalmente que a adoção da nova grafia por Moçambique iria implicar alguns sacrifícios por parte dos que já escrevem em língua portuguesa. E sem querer ser conservador, iria trazer momentos de alguma hesitação, e até certa confusão, passar a escrever, por exemplo, *directão* e *baptismo* sem as consoantes mudas (**c** e **p** respetivamente), passar a não acentuar palavras graves com o ditongo *oi* tónico como, por exemplo, em *heróico* e *bóia*, e passar a redigir certas palavras sem o hífen. Isto só para referir algumas das principais alterações que o Acordo Ortográfico irá introduzir em Portugal e nos países africanos. Os que entrariam para o mundo da escrita na era da

nova grafia, poderiam não passar por esse sacrifício desde que aprendessem a escrever já na nova moda e sobretudo com os materiais já atualizados.

Se da parte dos políticos parece não haver muita clareza sobre a ratificação ou não do Acordo, para os que lidam com a arte de escrever, por exemplo, Mia Couto, não há necessidade de aplicação do mesmo por ter “tanta exceção, omissão e casos especiais que não traz qualquer mudança efetiva”, conforme se pode ler num artigo informativo disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2008/02/11/ult3680u952.jhtm> a 11 de Fevereiro do ano em curso. Pudera! Os escritores precisam dessas normas? Quanto mais arredios das normas forem, melhor deleitam o leitor. Veja-se a título de exemplo esta brincadeira de Mia Couto que me chegou por e-mail no dia 18 de Fevereiro: “Venho brincar aqui no Português, a língua. Não aquela que outros embandeiraram. Mas a língua nossa, essa que dá gosto a gente namorar e que nos faz a nós, moçambicanos, ficarmos mais Moçambique. Que outros pretendam cavalgar o assunto para fins de cadeira e poleiro pouco me acarreta.”

Se Moçambique quiser aplicar o Acordo Ortográfico deve antes de tudo reunir condições para que o Acordo não passe de letra morta: garantir que os que ainda vão entrar para o mundo da escrita tenham livros que possam servir de modelo.

Considerações finais

No Brasil, pelo menos 40% da população possui pouco domínio da leitura e da escrita e desde o período colonial - passando pelo imperial até os dias de hoje, a distribuição de bens culturais tem sido desigual. Nem o decreto n.º 981 – Reforma Benjamin Constant; a Lei Rocha Vaz ou Reforma João Alves de 1925; o decreto lei 8.529 de 1946, que trata do ensino supletivo; nem as últimas Leis de Diretrizes e Bases (de 1961, 1967, 1971 e 1996) foram capazes de resolver a problemática da exclusão de milhões de brasileiros dos bancos escolares e do fracasso vivenciado por estas pessoas. Observem a letra, ainda que longa, da música de Gabriel, o Pensador:

Uma prostituta chamada Brasil se esqueceu de tomar
a pílula e a barriga cresceu
Um bebê/bebé não estava nos planos dessa pobre
meretriz de dezessete anos
Um aborto era uma fortuna e ela sem dinheiro
Teve que tentar fazer um aborto caseiro
Tomou remédio, tomou cachaça, tomou purgante
Mas a gravidez era cada vez mais flagrante
Aquele filho era pior que uma lombriga

E ela pediu prum mendigo esmurrar sua barriga
E a cada chute que levava o moleque revidava lá de dentro
Aprendeu a ser um feto violento
Um feto forte escapou da morte
Não se sabe se foi muito azar ou muita sorte
Mais nove meses depois foi encontrado, com fome e com frio,
Abandonado num terreno baldio
Pátria que me pariu! Quem foi a pátria que me pariu!?
A criança é a cara dos pais mas não tem pai nem mãe
Então qual é a cara da criança?
A cara do perdão ou da vingança?
Será a cara do desespero ou da esperança?
Num futuro melhor, um emprego, um lar
Sinal vermelho, não dá tempo prá sonhar
Vendendo bala, chiclete...
Num fecha o vidro que eu num sou pivete
Eu não vou virar ladrão se você me der um leite, um pão, um vídeo game e uma televisão
Uma chuteira e uma camisa do mengão.
Pra eu jogar na seleção, que nem o Ronaldinho
Vou pra copa vou pra Europa...
Coitadinho! Acorda moleque! Cê num tem futuro!
Seu time não tem nada a perder
E o jogo é duro! Você não tem defesa, então ataca!
Pra não sair de maca
Chega de bancar o babaca!
Eu não aguento mais dar murro em ponta de faca
E tudo o que eu tenho é uma faca na mão
Agora eu quero o queijo. Cade?
To cansado de apanhar. Tá na hora de bater!
Pátria que me pariu!
Quem foi a pátria que me pariu!?
Mostra tua cara, moleque! Devia tá na escola
Mas tá cheirando cola, fumando um beck
Vendendo brizola e crack
Nunca joga bola mais tá sempre no ataque

Pistola na mão, moleque sangue bom
 E melhor correr que lá vem o camburão
 É matar ou morrer! São quatro contra um!
 Eu me rendo! Bum! Clá! Clá! Bum! Bum! Bum!
 Boi, boi, boi da cara preta pega essa criança com um
 tiro de escopeta
 Calibre doze na cara do Brasil
 Idade catorze estado civil morto
 Demorou, mas a pátria mãe gentil conseguiu realizar
 o aborto.

Em Moçambique, com cerca de 52 por cento de analfabetismo, com todos os problemas que há na provisão do ensino básico tanto a crianças quanto a adultos, não me parece neste momento que a escrita da palavra *director*, com ou sem **c**, faça diferença. Até porque uma das apostas das instâncias educacionais é consolidar o uso das outras línguas nacionais (na maioria são da família Bantu) no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo nos programas de alfabetização de adultos assim como no ensino primário para crianças, uma vez que se acredita que o ensino na língua materna traz melhores resultados do que quando é numa segunda língua, devendo-se, isso sim, fazer uma transição gradativa para o Português, no caso vertente. Na verdade, num país com mais de vinte línguas Bantu, só uma minoria tem o Português como língua materna. Isso implica que no processo de ensino-aprendizagem se tenha que ensinar simultaneamente a falar a língua portuguesa e os conteúdos dos programas. Uma missão difícil! Significa que, para muitas crianças e muitos adultos, o ensino em língua portuguesa, sobretudo nas zonas rurais, continua a ser uma prática que exclui esses educandos do processo de ensino-aprendizagem por não poderem compreender nem falar a língua portuguesa. Acaba por ser uma opressão estudar nessas circunstâncias. Não seria mais importante, neste momento, prestar maior atenção às línguas nacionais, conhecidas as vantagens que há em ensinar na língua materna? Veja-se a resposta de Luís Carlos Patraquim.

A pergunta e o povo
 Depois do distúrbio e das guerras, o que faz correr o povo?
 “O povo corre para dentro de si, traçando no chão o círculo da sua identidade” - diz o velho, sentado à sombra da grande árvore.
 Ele sabe uma quantidade enorme de estórias.
 O povo nunca está parado, sempre a correr como a

grácil gazela ou como a chita rápida e voraz?

“Não. O povo dança por dentro do tempo” - diz o velho, tossindo, depois da baforada no cachimbo.

Ele parece não se incomodar com as perguntas... E porquê que há povo?

“Essa pergunta não se faz ao povo” - diz o velho, rindo.

E levanta-se, espreguiçando indiferença. Ele sabe uma quantidade enorme de estórias. Quando as mulheres vêm do rio, com a lata de água à cabeça, põem folhas na superfície ondulante. Se não, a água cai. Cai mesmo?

“A água cai e vai escorrer pelo rosto, humedecer-lhes os seios, pôr gotas brilhantes nos braços. E isso não pode ser. As mulheres devem trazer o seu corpo. Não podem logo ser água.”

O velho voltou a sentar-se. Está cheio de paciência, este velho, olhando as perguntas, dando baforadas no cachimbo de pau-rosa. Tem os pés gretados, sobre as sandálias, que andaram muito e é por isso que ele sabe uma quantidade enorme de estórias.

Mas porque está sozinho o velho, sentado assim, com fumo e paciência, sob a árvore grande?

“O velho está sempre sozinho. O povo está sempre sozinho” - responde ele e nem suspira fundo, nem voz muito grave, nem nada.

O povo tem que ser sempre misterioso?

“O mistério do povo é ele existir.”

E estar sentado sob a árvore grande?

“Não!”

Ele quase se zanga, este velho sentado. O povo está a espera?

“Deus do dia e da noite; Espírito que habitas o tronco da árvore e voas entre a raíz e a cabeleira de folhas; tu que viste o vento de sangue como um rio com o povo dentro e incendiar-se o lago e o grito das mulheres de repente secas, diz-me de onde vêm estas perguntas?” - inquieta-se o velho.

“Pergunta, estou com sede. Traz-me aquele vaso, o de boca larga, ali!”.

Ele debruça-se sobre a água, sôfrego, as mãos em concha para beber.

“Não pares de dançar, ó tecido líquido, senão eu regresso da minha cegueira e não quero mais ver a memória. Ela está lá onde pus silêncio e agora digo outras palavras.” Suspira.

“Esta pergunta parece uma hiena, gargalhante.”

O velho levanta-se e começa a andar à volta da árvore. Há uma enorme quantidade de estórias ao redor do tronco: uma pele de leopardo, o ventre prenhe de uma mulher, máscaras e tambores, uma lança manchada de sangue, uma escultura queimada, uma cruz, um cofió, um livro e uma kalasch, panos esfiapados, uma bandeira.

“Esta pergunta é um espírito que me cercou das minhas coisas à volta.” - diz o velho, mais calmo. E senta-se.

“Eu sou estas coisas. E agora já posso voltar a ver. O que tacteei/tateei do círculo e da árvore, o que solucei de sangue e fiz no lago escuro jorrando meu leite espesso, a máscara de meus rituais e medos, o uivo com que esventrei homens, matando-me, o ciclo da chuva e a palavra antiga, tudo sou eu. Pergunta, eu te mando que te sentes a meu lado! Não vês a noite aproximando-se como uma mulher diante de ti ajoelhada, seus feitiços de ventre, sua linguagem de água?”

Como posso descansar com a noite se ainda ontem canoei pelo rio dos mortos e afugentei os bichos para chegar aqui?

“Como é que sabias que eu estava sentado sob esta árvore?”.

Disseram-me que no fim do planalto havia uma árvore e que onde há uma árvore há um homem sentado, à espera. Disseram-me que esse homem tinha muitas perguntas para mim.

As gargalhadas do velho atravessam o escuro.

“Só isso?”.

Não sei como te responder. Te digo só que atravessei os séculos e parei em muitos lugares, com suas vozes, seu tempo que nascia e morria ou se acrescentava ao que as vozes iam dizendo e era sempre outras coisas ou uma coisa só e que acabava sempre numa pergunta.

“Essa pergunta era o povo?”.

Te pergunto eu a ti. Ouvi coros pressagiando o caos mas que depois desceria uma ordem, um princípio original. Perturbou-me, uma vez, uma canção infantil. Procurei nas bibliotecas, nas muitas estórias que estão sentadas sobre a cabeça dos velhos como tu. De outra vez, atravessando-se ao caminho, alguém me falou num labirinto e num círculo. Quando lhe pedi que os desenhasse no chão porque eu precisava de ver a figura ou voz de que não posso já nem precisar os contornos ou o timbre, esvaneceu-se e só guardo a memória de não saber o que vi ou ouvi. Quando já desesperava, soube que tu existias.

“No fim do planalto um homem sentado sob uma árvore?”

Sim.

“Só isso?”

Sim... E que ele sabia uma enorme quantidade de estórias.

“E que estórias querias tu saber?”

Essa pergunta-me deixa-me confuso.

“Lembras-te de que te disse para te sentares a meu lado e não ficares aí à minha frente? Aceita o meu convite”

Assim ficamos os dois a ver a mesma coisa! O velho ri-se às gargalhadas outra vez.

“Porque é que não escreveste ‘mais outra vez’? Era como se tirasses uma espécie de fotografia. Ficavas mais cúmplice...”

Não compreendo a tua pergunta.

“Depois do distúrbio e das guerras, o que faz correr o povo?” - observou o velho.

O povo corre para dentro de si, traçando o círculo da sua identidade.

“O povo nunca está parado, sempre a correr como a grácil gazela ou como a chita, rápida e voraz?”

Não. O povo dança por dentro do tempo.

“E porque é que há povo?”

Essa pergunta não se faz ao povo. E porque é que interposeste uma vírgula quando falaste da chita?

“Rápida e voraz?”

Sim.

“Porque estamos os dois sentados e nos vemos um ao outro. E porque essa vírgula faz parte, agora, da minha sabedoria”

Como uma respiração no tempo.

Em Portugal, Francisco Pedro Curado Neves, conhecido como Pedro Valdoy apresenta os seguintes versos:

Fomos o capitão do mundo
 com barcos caravelas
 de madeira frágil
 com homens de ferro
 destemidos
 ultrapassámos/ultrapassamos barreiras
 passámos/passamos tudo e todos
 Bailes se faziam
 numa Europa pequenina
 com Portugueses
 a mostrarem a sua bravura
 onde a língua portuguesa
 era rainha e senhora
 Hoje! Sim hoje!
 somos apenas
 homens de madeira
 em navios de ferro
 inexistentes
 Onde está a nossa marinha

de antanho?
Os nossos marinheiros
bravos marinheiros?
Hoje! Sim hoje!
onde está o Rei de Portugal?
Soterrado! Diz Camões
no seu sepulcro
Ah! Sim!
Temos Portugal
no mundo
Na Europa
com governos dementes
Com homens de sorrisos falsos
fanfarrões...
Nós somos Portugueses
dizem eles
Outros envergonham-se
da sua Pátria
da sua bandeira...
Seja o que for a Bandeira
é sempre a nossa Bandeira
O Hino o mais belo que possuímos
e devemos amar
A Pátria amarfanhada
deve ser amada
como um filho
ama o seu pai
mesmo desonrado
Mas amanhã! Sim amanhã!
A História repete-se
E então sim
Teremos um povo nobre
de cabeça erguida
Uma Pátria que sofreu
as amarguras
Será uma pátria honrada!
Com os futuros navegadores
com um Povo

que erguerá bem alto
 a sua grandiosa Bandeira
 e dirá
 VIVA PORTUGAL

Tendo em vista esta situação, consideramos que há muito trabalho a ser realizado para a construção e solidificação do mundo lusófono e não será por meio de decretos impostos, conforme apresentamos ao longo deste artigo, que a dignidade será construída nas antigas colónias/colónias portuguesas.

Tal posicionamento vai ao encontro do trabalho de alfabetização proposto por Paulo Freire (1987) no Brasil e em outros países, em território africano. Freire aboliu o formato convencional das salas de aula e, em círculos, realizava junto com seus alunos conversas, grupos de estudo, conferências, grupos de ação, fóruns, entre outras atividades, que tinham como base o diálogo. Partia das palavras usadas pelos seus educandos (universo vocabular) e assim podia definir os temas geradores, que seriam o motivo do encontro cultural, com a língua e com a realidade. Neste sentido, a riqueza da língua portuguesa era estudada – nos seus aspectos/aspectos fonémicos/fonêmicos e fonéticos, aliados ao teor pragmático das palavras frente à realidade dos sujeitos envolvidos no processo de alfabetização. Na obra escrita com Guimarães, *A África Ensinando a Gente*, Freire (1987) faz algumas observações extremamente claras e humildes acerca das dificuldades e obstáculos enfrentados no momento de colaborar com os países, ex-colónias/colónias portuguesas, africanos e da impossibilidade de uma real implantação no âmbito da reforma ortográfica.

Há ainda que destacar que esta reforma está inserida num contexto social “globalizado”, em que TUDO se transforma em mercadoria. Nesta direção e conforme Boaventura S. Santos (2005), o Capitalismo promove a mercadorização da educação, das escolas e de tudo que se relacione com ela. Temos um quotidiano/cotidiano cada vez mais mercantilizado, destruindo, portanto, as possibilidades de o trabalho e da escolarização serem um fator de inclusão social, já que os processos de exploração atingem o máximo de virulência e conflito, com o apoio das instituições educacionais. Esta lógica atinge, sobremaneira, aqueles que detêm menos capital, seja cultural, social ou material. Desta forma, infelizmente, como o próprio professor português nos diz, um caminho para o respeito universal, pela dignidade humana, está cada vez mais utópico.

Há que se ressaltar também que Mary Kato (1986) pôde afirmar que o Brasil é ainda uma “nação de real premaxia do oral” (p. 39). Como a linguagem oral abriga subsistemas paralelos não previstos nas normas prescritivas da gramática, a “avalanche do uso oral ao lado do uso relativamente insignificante da escrita pode fazer com que, a longo prazo, as formas do oral venham a afetar as formas da escrita” (p. 39). Ela previu

que no Brasil a força da oralidade marca a escrita, ao contrário das sociedades letradas, em que a fala simula a escrita. Ou seja, mesmo os falantes letrados revelam a primazia do oral, pois preferem procurar informação oral em vez de consultar um guia, o manual, as leis e regimentos, uma enciclopédia, livros técnicos, etc. Dito de outro modo, qual é, de facto/fato, a possibilidade de uma reforma ortográfica em língua portuguesa ter importância? Ou, nas palavras de Freire (1987), ser libertadora?

Há algo, porém, a considerar nesta descoberta, que está diretamente ligado à pedagogia libertadora. É que, quase sempre, num primeiro momento desta descoberta, os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores. A estrutura do seu pensar encontra-se condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se formam. O seu ideal é, realmente, ser homem, mas, para eles, ser homem, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressor. Estes são os seus testemunhos de humanidade.

O ‘homem novo’, em tal caso, para os oprimidos, não é o homem a nascer da superação da contradição, com a transformação da velha situação concreta opressora, que cede lugar a uma nova, de libertação. Para eles, o novo homem são eles mesmos, tornando-se opressores de outros. A sua aderência ao opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência, nem a de classe oprimida” (FREIRE, 1987, p. 32, 33).

Referências Bibliográficas

- COSTA, J. R. (1988). *Os Descobrimentos Portugueses: Pedro Álvares Cabral e o Brasil*. São Paulo, Conselho da Comunidade Portuguesa do Estado de São Paulo, Editora Grupo Pão de Açúcar.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio (2002). *A África ensinando a gente*. São Paulo, Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KATO, Mary, (1986). *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo, Ática.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez.
- PORTARIA N.º 7 117, de 27 de Maio de 1931.
- DECRETO N.º 35 228 de 8 de Dezembro de 1945.
- DECRETO-LEI N.º 32/73, de 6 de Fevereiro. D.R. - I Série. 31 (73-02-06) 169-170.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 26/91, de 23 de Agosto. D.R. I Série-A.193 (91-08-23) 4370-4388.

NOVO DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA – Conforme Acordo Ortográfico (2008). Lisboa. Texto Editores.

NOVO GRANDE DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA – Conforme Acordo Ortográfico (2008). Lisboa. Texto Editores.

POTT, Paula, POTT, Carla, CORREIA, Pedro Diniz, MALACA CASTELEIRO, João (2008). *Atual – O Novo Acordo Ortográfico – O que vai mudar na grafia do português* (2008). Lisboa. Texto Editores.

Sites consultados:

<http://lusiadas.gertrudes.com/>

<http://sanzalita.multiply.com/reviews/item/171> no Google obtida em 14 fev. 2008, 18:28:20 GMT.

<http://letras.terra.com.br/gabriel-pensador/66752/>

<http://www.poetasmortos.com.br/index.asp?op1=2&op2=0&idTexto=3777> consultado em 12 de fev, 2008, 15.25.20 GTM.

<http://www.presidencia.pt/brasil2008/?idc=158&idi=14156> (acesso em 12/3/2008).

http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Conselho_de_Ministros/Comunicados_e_Conferencias_de_Imprensa/20080306.htm (acesso em 12/3/2008).

<http://www.tvnet.pt/noticias/detalhes.php?id=22195> (acesso em 12/3/2008).

<http://www.ciberduvidas.pt/controversias.php?rid=1602> (acesso em 12/3/2008).

<http://www.cplp.org/> (acesso em 23/1/2008).

<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=331084&visual=26&rss=0> (acesso em 12/3/2008).

<http://www.ciberduvidas.pt/noticias.php?rid=1623> (acesso em 12/3/2008).

<http://www.ciberduvidas.pt/noticias.php?rid=1624> (acesso em 12/3/2008).

<http://www.iilp-cplp.cv/> (acesso em 25/1/2008).

http://www.cplp.org/quemsomos_obsA.asp (acesso em 25/1/2008),

http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990 (acesso em 24/1/2007).

<http://www.flip.pt> (acesso em 24/1/2008).

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945=acordo-historia> (acesso em 24/1/2008).

<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/folha/ed>

ucacao/ult305u321371.shtml (acesso em 24/1/2008).

<http://leonardof.org/2007/08/10/acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa/pt/> (acesso em 24/1/2008).

<http://orto.blogs.sapo.pt/arquivo/1065449.html> (acesso em 24/1/2008).

<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=305422&visual=26> (acesso em 34/1/2008).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990#Posi.C3.A7.C3.A3o_de_Portugal (acesso em 24/1/2008).

<http://www.ciberduvidas.pt/controversias.php?rid=1517> (acesso em 12/3/2008).

<http://causa-nossa.blogspot.com> (acesso em 24/1/2008).

<http://causa-nossa.blogspot.com/2007/03/silncio.html> (acesso em 29/1/2008).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990#Posi.C3.A7.C3.A3o_de_Portugal (acesso em 24/1/2008).

<http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=316142&visual=26&tema=5> (acesso em 29/1/2008).

<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=11364><http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=5233> (acesso em 29/1/2008).

<http://www.agencialusa.com/br/index.php?iden=11364> (acesso em 29/1/2008).

<http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=316142&visual=26&tema=5> (acesso em 29/1/2008).

<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=307769&visual=26&tema=5> (acesso em 24/1/2008).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990#Historial_do_processo (acesso em 24/1/2008).

<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=5278> (acesso em 24/1/2008).

<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=9483> (acesso em 29/1/2008).

<http://orto.no.sapo.pt/c00.htm> (acesso em 24/1/2008).

<http://orto.no.sapo.pt/d02.htm> (acesso em 24/1/2008).

<http://petitiononline.com/naoacord> (acesso em 24/1/2008).

http://petitiononline.com/mod_perl/signed.cgi?naoacord (acesso em 24/1/2008).

<http://orto.no.sapo.pt/d00.htm> (acesso em 24/1/2008).

<http://orto.blogs.sapo.pt/arquivo/1062984.html> (acesso em 24/1/2008).

<http://orto.no.sapo.pt/d01.htm> (acesso em 24/1/2008).

<http://www.mediabooks.pt/index.jsp> (acesso em 14/3/2008)

http://textoeditora.mediabooks.pt/artigos/todas_novidades_s.jsp?v_id=9 (acesso em 15/3/2008)

<http://www.mediabooks.pt/index.jsp> (acesso em 14/3/2008)

http://textoeditora.mediabooks.pt/artigos/todas_novidades_s.jsp?v_id=9 (acesso em 15/3/2008)